

DATA LUTA



BOLETIM DATA LUTA

Uma publicação do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária – NERA.
Presidente Prudente, abril de 2013, número 64. ISSN 2177-4463.

www.fct.unesp.br/nera

ARTIGO DATA LUTA

Ações de luta pela terra no estado de Mato Grosso em 2011

ARTIGO DO MÊS

Cuestión agraria actual y el territorio hídrico

www.fct.unesp.br/nera/artigodomes.php

EVENTOS

LASA 2013 / Rumo a um novo contrato social?

XXXI Congresso Internacional da Associação de Estudos Latino-Americanos

Washington, DC – Estados Unidos, 29 de maio a 1º de junho de 2013.

II Seminário Internacional “Ruralidades, Trabalho e Meio Ambiente”

UFSCar/São Carlos – São Paulo, 4 a 6 de junho de 2013.

IV Congresso Brasileiro de Educação

UNESP/Bauru – São Paulo, 25 a 28 de junho de 2013.

PUBLICAÇÕES, VÍDEOS E POD TERRITORIAL



As “geografias” das escolas no campo do município de Goiás: instrumentos para a valorização do território do camponês?.

Autora: Francilane Eulália de Souza.

Tese de doutorado elaborada junto ao programa de Pós-graduação em Geografia da UNESP, campus de Presidente Prudente. Neste trabalho, elementos comprovam tese de que a Geografia escolar têm fortalecido as ideias dicotômicas e hierárquicas de campo e cidade, território do grande produtor capitalista (moderno) e território do camponês (arcaico).



Vídeo: Mataram Irmã Dorothy.

Direção: Daniel Junge.

Em fevereiro de 2005, a irmã Dorothy Stang, de 73 anos, foi brutalmente assassinada. Por trás do drama criminal, vem à tona o legado de seu trabalho humanitário na Amazônia. Prêmio do Público e Grande Prêmio do Júri no Festival South by Southwest 2008.

Para ver: <https://www.youtube.com/watch?v=1R86Eg5e0o4>.



PodCast Unesp – Pod Territorial

Autores: Vários

O Podcast Unesp, em parceria com a Cátedra Unesco Educação do Campo e Desenvolvimento Territorial, publica semanalmente noticiário sobre reforma agrária, povos de diferentes etnias, questões geográficas e outros assuntos que colaboram significativamente no desenvolvimento social. Para ouvir/baixar: <http://podcast.unesp.br/>.



Elaboração: Danilo Valentin Pereira, Ananda R. F. de Souza (bolsista PIBIC) e Rafael de O. C. Santos (bolsista CAPES).

Revisão/Publicação: José Sobreiro Filho (bolsista FAPESP) e Tiago Egídio Avanço Cubas.

Coordenação: Rodrigo Simão Camacho (bolsista FAPESP) e Juliana Grasiéli Bueno Mota (bolsista FAPESP).

Leia outros números do BOLETIM DATA LUTA em www.fct.unesp.br/nera

AÇÕES DE LUTA PELA TERRA NO ESTADO DE MATO GROSSO EM 2011

Eduardo Paulon Girardi

Professor do Departamento de Geografia da Unesp – Campus de Presidente Prudente
Líder do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária - NERA
girardi@fct.unesp.br - www.fct.unesp.br/nera/atlas

Onélia Carmem Rossetto

Professora do Departamento de Geografia da UFMT – Campus de Cuiabá
Líder do Grupo de Pesquisas em Geografia Agrária e Conservação da
Biodiversidade do Pantanal – GECA
carmemrossetto@gmail.com

Lorena Izá Pereira

Aluna do curso de Geografia da Unesp – Campus de Presidente Prudente
Pesquisadora do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária - NERA
Bolsista PIBIC - CNPq
lorena.izap@gmail.com

Este artigo¹ tem como objetivo apresentar dados e análises atuais, com referência no ano de 2011, sobre a questão agrária no estado de Mato Grosso. São abordados elementos da luta pela terra realizada pelos movimentos socioterritoriais, da criação de assentamentos rurais e da dinâmica da estrutura fundiária no estado. Esses dados e análises são resultado do desenvolvimento do projeto *Banco de Dados da Luta Pela Terra (DATALUTA) - Mato Grosso*, iniciado em 2009 no contexto da Rede DATALUTA, que congrega projetos DATALUTA estaduais (SP, MG, PR, MT, MS, SE, PB, RS e ES). O DATALUTA – Mato Grosso é desenvolvido em parceria entre o Grupo de Pesquisas em Geografia Agrária e Conservação da Biodiversidade do Pantanal (GECA), da Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT), e o Núcleo de Estudos, Pesquisas e Projetos de Reforma Agrária (NERA), da Universidade Estadual Paulista (Unesp) de Presidente Prudente.

O objetivo com o DATALUTA - Mato Grosso² é acompanhar as manifestações de luta pela terra, a política de assentamentos rurais e a estrutura fundiária em Mato Grosso, além de contribuir com o projeto DATALUTA – Brasil (Rede DATALUTA) com dados mais amplos sobre esses temas no estado. A metodologia do DATALUTA - Mato Grosso consiste no acompanhamento diário de reportagens em jornais sobre ocupações de terra e outras manifestações de luta pela terra. São acompanhados os três jornais de maior circulação no estado: Diário de Cuiabá, A Gazeta e Folha do Estado. As reportagens sobre os temas são arquivadas e as informações são inseridas em um banco de dados que contribui com o DATALUTA Brasil. Sobre a estrutura fundiária, são trabalhados os dados do Cadastro do INCRA.

O campo mato-grossense comporta uma ampla gama de sistemas produtivos, de formas de apropriação privada e uso da terra e de condições de trabalho e produção dos agricultores. Esta grande diversidade pode ser observada principalmente na agropecuária de alta tecnologia da agricultura de grãos, algodão e da pecuária intensiva; no sistema de criação extensiva de gado em grandes propriedades em todos os três biomas (Pantanal, Cerrado e Amazônia); nos estabelecimentos camponeses que conseguiram

¹ Sugerimos a leitura também do Boletim DATALUTA n. 53, de maio de 2012, no qual apresentamos a análise dos dados de 2010 sobre a luta pela terra em Mato Grosso. O artigo está disponível em www.fct.unesp.br/nera.

² O Relatório DATALUTA – Mato Grosso de 2011 com dados detalhados pode ser baixado em www.fct.unesp.br/nera.
Disponível em www.fct.unesp.br/nera

resistir de forma praticamente independente no contexto dos diversos processos de ocupação do território mato-grossense e; nas diversas modalidades de assentamentos rurais, sejam aqueles do bioma Amazônia, com características de projetos de colonização da década de 70, 80 e 90, sejam naqueles criados pela ação dos movimentos socioterritoriais principalmente no sul do estado, a partir da década de 1990.

Mato Grosso pode ser considerado hoje um dos maiores emblemas da manifestação da questão agrária no Brasil, pois comporta, na atualidade, toda a contradição histórica do problema no país, através da expressão do arcaico e do moderno nas técnicas e nas relações sociais de produção; na estrutura social e na forma como faz surgir e trata as questões-problemas relacionadas ao agrário. A reprodução, na Amazônia e no Centro-Oeste, do modelo histórico brasileiro de incorporação de frações do território à economia nacional, não é simples; este processo conhece nessas regiões a atualidade da acumulação, concentração e territorialização do capital com intensidades e escalas jamais vistas, o que agudiza ainda mais a desigualdade do espaço geográfico produzido nessas regiões. A forma como essas partes do território nacional estão sendo inseridas na economia nacional é altamente depredatória quanto à exploração do homem e ao uso dos bens comuns da natureza e do Estado para o favorecimento de um número restrito de empresas e pessoas, brasileiras e estrangeiras.

A luta pela reforma agrária em Mato Grosso só foi intensificada a partir da metade da década de 1990, com a organização do MST no estado em 1994 e a realização da primeira ocupação de terra pelo movimento no município de Pedra Preta em 1995 (FERNANDES, 2000). Até então as lutas de resistência eram individuais ou em pequenos grupos, de forma isolada e intermediada por oportunistas que exploravam os trabalhadores que almejavam um lote de terra para trabalhar e viver. A criação de assentamentos rurais mediante a reivindicação popular ganhou outras proporções e características com a organização do MST. Antes disso, os assentamentos rurais criados em Mato Grosso eram principalmente de colonização, implantados em terras públicas e serviam aos objetivos de uma contra-reforma agrária, já que para muitos deles foram destinadas populações de outras regiões do país que apresentavam conflitos pela terra.

Entre 1998 e 2011 foram realizadas em Mato Grosso 149 ocupações de terra, com a participação de 38.822 famílias. Como pode ser visto no mapa 01, as ocupações de terra estão concentradas na porção sul do estado, de colonização mais antiga, com maior contingente populacional que forma o público da reforma agrária, especialmente os despossuídos de terra e em condição de pobreza. Além disso, nesta região os movimentos socioterritoriais não encontram a resistência e poderio das grandes empresas multinacionais do agronegócio e dos grandes produtores brasileiros, barreiras quase intransponíveis no contexto político-econômico do Brasil, mas que também têm sido objeto da crítica e das ações dos movimentos.

As ocupações de terra em Mato Grosso foram realizadas até hoje majoritariamente pelo MST, mas a partir de 2000 há destacada participação da CONTAG e de indígenas. Em 2011 foram realizadas sete ocupações de terra em Mato Grosso, com a participação de 1.160 famílias. Quatro dessas ocupações foram realizadas pelo MST, duas por indígenas e uma não teve o movimento identificado. O MST ocupou duas fazendas em Cáceres, sendo uma reocupação (Fazenda Nova Mutum), e uma fazenda em Glória D'Oeste. Já os indígenas ocuparam uma fazenda em Alto da Boa Vista e outra em Rondonópolis. Uma fazenda foi ocupada em Colniza, mas não teve o movimento identificado. Entre as fazendas ocupadas, duas já haviam sido reivindicadas anteriormente, sendo estas a Fazenda Rio Vermelho, que foi ocupada no ano de 1988 no

município de Rondonópolis, e a Fazenda Rancho Verde, localizada no município de Cáceres, sendo ocupada pela primeira vez no ano de 2006.

MAPA 01

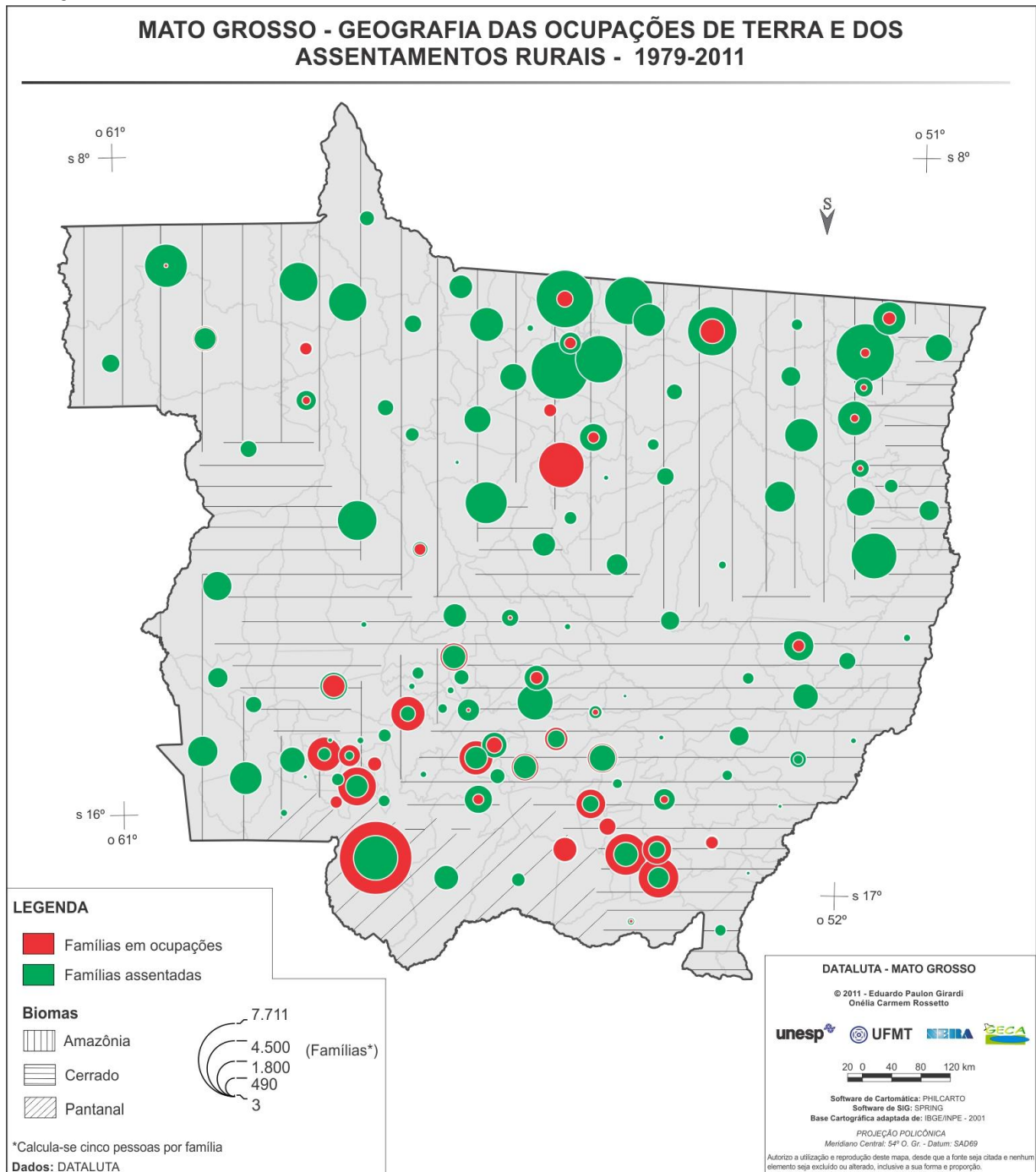
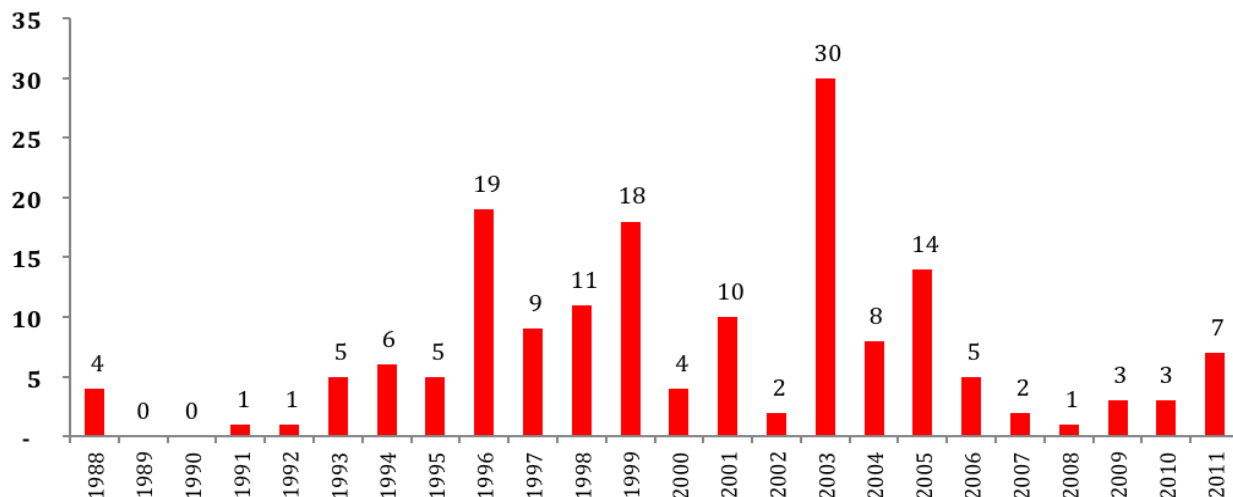
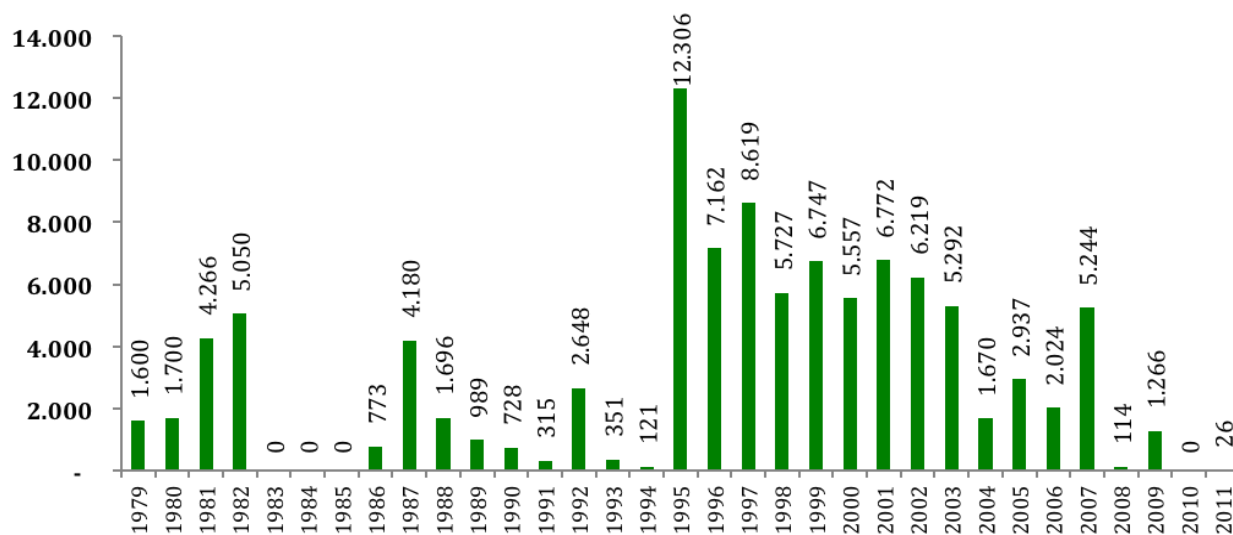


Gráfico 01 – Mato Grosso – número de ocupações – 1988-2011

Fonte: DATALUTA - Banco de Dados da Luta pela Terra, 2011. www.fct.unesp.br/nera

Gráfico 02 – Mato Grosso – famílias assentadas – 1979-2011

Fonte: DATALUTA - Banco de Dados da Luta pela Terra, 2011. www.fct.unesp.br/nera

Os assentamentos rurais em Mato Grosso estão concentrados principalmente no Pantanal e suas bordas (a Bacia do Alto Paraguai) - no sul do estado -, e na Amazônia, no norte de Mato Grosso. Os assentamentos da região setentrional do estado foram criados no contexto das políticas de colonização da Amazônia promovidas desde o regime militar. Já os assentamentos da porção meridional de Mato Grosso são mais recentes, resultado da demanda dos movimentos sociais que lutam pela terra. Entre 1979 e 2011 foram criados em Mato Grosso 564 assentamentos em uma área de 6.124.968 hectares e com capacidade de assentamento de 101.999 famílias. Em 2010 nenhum assentamento novo foi criado no estado e em 2011

apenas um, o assentamento Pau D'Alho, no município de Santo Antônio do Leverger, no Pantanal mato-grossense. Neste assentamento foram assentadas 26 famílias em 1.148 hectares.

Como pode ser visto no gráfico 01, o número de ocupações diminuiu a partir de 2003, acompanhando um processo verificado em todo o Brasil. Isso é consequência principalmente da disponibilidade de trabalho ocasionada pelo amplo crescimento econômico do país, por programas sociais como a Bolsa Família e pela reforma agrária de mercado por meio do crédito fundiário. Com essas oportunidades de rendimento mínimo pela grande massa de empobrecidos, as ações de luta pela terra são desencorajadas. Contudo, a população que já está na terra continua sua luta. Permanecer na terra, melhorar as condições de produção e a qualidade de vida são focos da luta permanente, sendo que as manifestações com este objetivo têm aumentado, demonstrando que a luta agora está voltada para a qualidade dos assentamentos.

No decorrer do ano de 2011 foram registradas 23 manifestações de movimentos socioterritoriais em Mato Grosso. Além de assentados que lutam pela melhoria da qualidade dos assentamentos, também foram foco dessas manifestações o assentamento de famílias e um grande número de manifestações de indígenas em busca da garantia dos seus direitos territoriais. O quadro 01 detalha as manifestações ocorridas em 2011.

Quadro 01 – Mato Grosso - Manifestações dos movimentos socioterritoriais – 2011

Município	Local	Tipologia	Nº de pessoas	Movimento Socioterritorial	Data
Alta Floresta	N.I.	Concentração em Espaço Público	N.I.	N.I.	02/12/2011
Aripuanã	Usina hidrelétrica de Dardanelos	Ocupação de Prédio Público	50	Indígenas das etnias Arara e Cinta-Larga	21/11/2011
Cáceres	Rodovia BR 070	Bloqueio de Rodovia	N.I.	MST	17/10/2011
Cláudia	Prefeitura Municipal	Ocupação de Prédio Público	N.I.	MST	18/04/2011
Colíder	Sede Regional da Funai	Ocupação de Prédio Público	N.I.	Indígenas da etnia Kayapó	N.I./11/2011
Cuiabá	Palácio Paiaguas – Sede do Governo Estadual	Ocupação de Prédio Público	135	Associação dos Pequenos Produtores Rurais Monte Carmelo (APPMRC)	19/01/2011
Cuiabá	N.I.	Abaixo Assinado	500.000	Movimento Indígena	09/02/2011
Cuiabá	Sede do Incra	Formação de Acampamento	N.I.	Movimento dos Trabalhadores Assentados e Acampados (MTA)	02/04/2011
Cuiabá	Sede do Distrito de Saúde Indígena de Cuiabá	Ocupação de Prédio Público	100	Indígenas das etnias Enawenê-Nawê, Irantxe Manoki e Minky	26/05/2011
Cuiabá	Rodovia BR 163	Bloqueio de Rodovia	200	Famílias do Acampamento Flor da Serra	10/08/2011
Cuiabá	Sede do Incra	Ocupação de Prédio Público	200	MST	22/08/2011
Cuiabá	Parque Mãe Bonifácia/Centro de Eventos do Pantanal	Concentração em Espaço Público	200	Articulação de Movimentos	26/08/2011

Município	Local	Tipologia	Nº de pessoas	Movimento Socioterritorial	Data
Guarantã do Norte	Rodovia BR 163	Bloqueio de Rodovia	N.I.	Indígenas da Etnia Kayapó	13/09/2011
Itaúba	Rodovia BR 163	Bloqueio de Rodovia	100	Indígenas da Etnia Terena	14/03/2011
Rondonópolis	Rodovia BR 634	Bloqueio de Rodovia	200	MST/ MTA	11/04/2011
Rondonópolis	Rodovia BR 634	Bloqueio de Rodovia	200	MST/ MTA	12/04/2011
Rondonópolis	Rodovia BR 163	Bloqueio de Rodovia	300	Movimento dos Trabalhadores Rurais 13 de Outubro	11/07/2011
Rondonópolis	Rodovia MT 130	Bloqueio de Rodovia	640	N.I.	28/10/2011
São Félix do Araguaia	Sede do Incra	Ocupação de Prédio Público	300	MST	11/04/2011
Sinop	Rodovia BR 163	Bloqueio de Rodovia	350	MST	17/10/2011
Várzea Grande	Rodovia BR 163	Bloqueio de Rodovia	350	MST	11/04/2011
Várzea Grande	Rodovia BR 163	Bloqueio de Rodovia	350	MST	12/04/2011
Várzea Grande	Área urbana de Várzea Grande até a Câmara Municipal	Marcha	N.I.	MST/Professores/Lideranças de Bairros	18/04/2011

Fonte: DATALUTA - Banco de Dados da Luta pela Terra, 2011. www.fct.unesp.br/nera

Destacamos as tipologias “bloqueio de rodovias” e “ocupação de prédio público”, uma vez que 11 e 8, respectivamente, das 23 manifestações registradas, foram desses tipos. As ocupações de prédios públicos geralmente ocorrem em órgãos voltados à questão agrária e indígena. Uma particularidade do estado de Mato Grosso no que concerne às manifestações é o papel dos indígenas. Suas lutas estão ligadas à manutenção de seus territórios e ao atendimento de necessidades básicas como saúde e vias de acesso. Como nos demais estados, as manifestações estão concentradas na capital, pois aí estão as sedes dos órgãos pressionados pelos movimentos e também as manifestações têm mais repercussão midiática.

A forma como a terra é apropriada pelos grupos sociais é um dos determinantes da questão agrária, pois, além de ser a base da produção agropecuária, reflete o poder econômico e político que cada grupo detém, influenciando no jogo de forças para ser melhor contemplado pela legislação e por políticas públicas. O processo de apropriação privada da terra em Mato Grosso privilegiou a grande propriedade e foi caracterizado por toda sorte de clientelismo e fraude que permitisse a concentração, como mostra Moreno (2007). Segundo dados do INCRA, entre 2008 e 2011 houve o aumento de 19,5 milhões de hectares na estrutura fundiária, representando 27,7% de crescimento no período. É possível que parte deste crescimento seja apenas documental, com posses e imóveis passando a compor o banco de dados oficial, talvez impulsionados pelo Programa Terra Legal, instituído em 2008 e que permite regularizar posses de até 1.500 ha na Amazônia. A classe dos pequenos imóveis (de até 200 ha) aumentou em 1,2 milhões de hectares e a classe dos médios e grandes (de 200 ha e mais) aumentou em 18,3 milhões de hectares, demonstrando a manutenção da concentração da terra no estado.

Os mapas 02 e 03 mostram a concentração da terra e a dinâmica deste processo no estado de Mato Grosso. Quando calculado o índice de Gini da estrutura fundiária, os municípios mato-grossenses

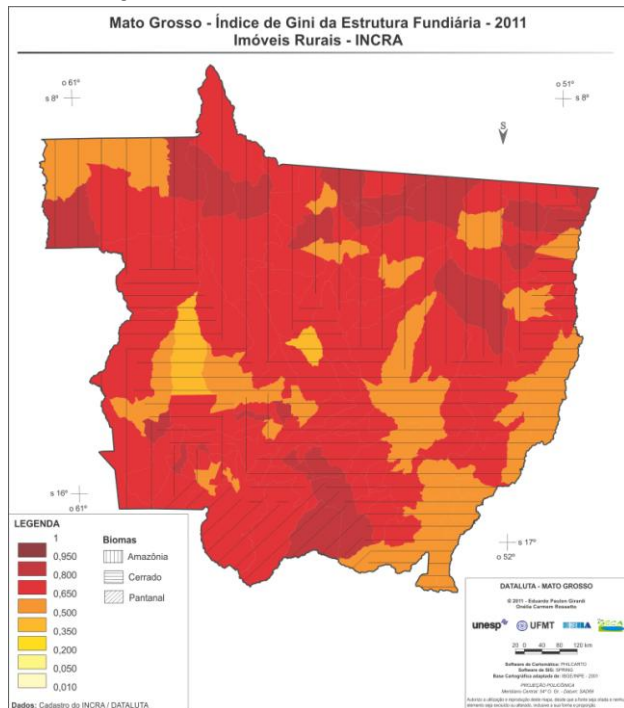
apresentam de médios a altos níveis de concentração da terra. A concentração é menor em regiões de produção de grãos. Destaque para o eixo da BR 153, entre Nova Mutum e Sinop, à região do Planalto do Parecis e ao sudoeste, região de Rondonópolis. As outras regiões, com predominância de fazendas de pecuária extensiva, possuem a terra mais concentrada. A desconcentração, quando medimos a evolução do índice de Gini entre 2008 e 2011, também ocorre de forma mais significativa nessas regiões de produção de grãos, pois os grandes estabelecimentos criados nas décadas de 70, 80 e 90 são desmembrados em outros pouco menores. Destaque para o caso do extremo nordeste do estado, onde ocorre o crescimento do agronegócio de grãos. Embora haja desconcentração, ainda a terra é fortemente concentrada em Mato Grosso.

Tabela 1 – Mato Grosso – estrutura fundiária – 1998 - 2008 - 2011

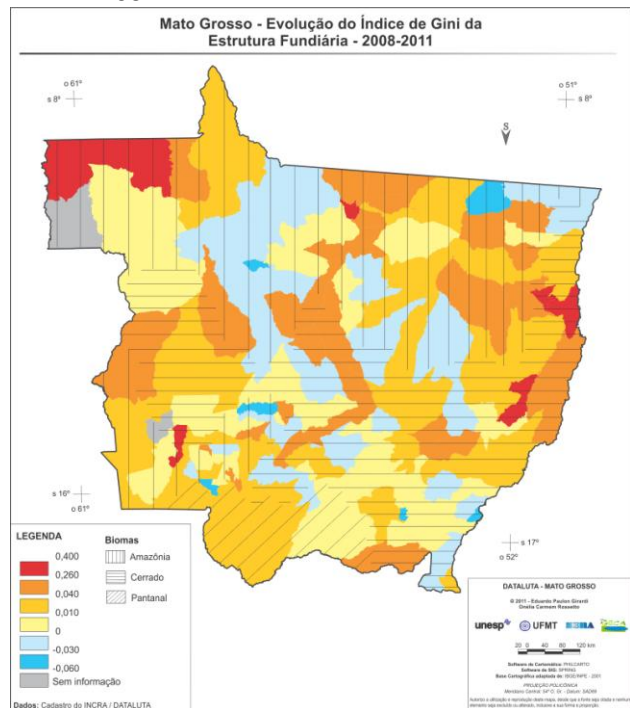
Classe de área (ha)	1998				2008				2011			
	Imóveis	Área (ha)	% Imóveis	% da área	Imóveis	Área (ha)	% Imóveis	% da área	Imóveis	Área (ha)	% Imóveis	% da área
Menos de 1	83	36,60	0,09	0,00	57	34,50	0,05	0,00	101	44,40	0,07	0,00
1 a menos de 2	295	430,90	0,31	0,00	345	506,80	0,30	0,00	346	506,26	0,24	0,00
2 a menos de 5	1.199	4.059,90	1,27	0,01	1.638	5.580,00	1,42	0,01	2.414	8.750,67	1,64	0,01
5 a menos de 10	2.018	14.564,70	2,13	0,02	2.721	19.538,80	2,36	0,03	4.169	30.286,94	2,84	0,03
10 a menos de 25	7.404	127.046,90	7,82	0,17	9.508	163.619,80	8,23	0,23	13.145	227.367,46	8,96	0,25
25 a menos de 50	14.576	512.228,20	15,39	0,70	18.173	640.477,10	15,73	0,91	23.561	832.701,01	16,05	0,93
50 a menos de 100	17.373	1.163.682,30	18,34	1,60	20.276	1.389.224,50	17,55	1,97	26.002	1.815.277,69	17,72	2,02
100 a menos de 200	13.781	1.827.488,30	14,55	2,51	16.675	2.228.911,50	14,43	3,17	20.573	2.766.498,04	14,02	3,08
MENOS DE 200 (PEQUENA)	56.729	3.649.537,80	59,90	5,01	69.393	4.447.893,00	60,07	6,32	90.311	5.681.432,47	61,54	6,32
200 a menos de 500	15.587	5.066.901,50	16,46	6,96	19.349	6.218.633,50	16,75	8,83	24.521	7.867.714,63	16,71	8,75
500 a menos de 1000	7.737	5.438.453,90	8,17	7,47	9.680	6.806.196,80	8,38	9,67	12.408	8.822.525,66	8,45	9,81
1000 a menos de 2000	6.231	8.669.977,00	6,58	11,91	7.786	10.902.571,70	6,74	15,49	8.801	12.283.193,43	6,00	13,66
200 A MENOS DE 2000 (MÉDIA)	29.555	19.175.332,40	31,21	26,33	36.815	23.927.402,00	31,87	33,99	45.730	28.973.433,72	31,16	32,23
2000 a menos de 5000	5.853	17.109.497,80	6,18	23,50	6.995	20.648.940,20	6,05	29,34	7.993	23.664.817,37	5,45	26,32
5000 a menos de 10000	1.722	13.021.916,70	1,82	17,88	2.072	15.697.901,50	1,79	22,30	2.234	16.815.565,82	1,52	18,70
10000 a menos de 20000	524	7.161.861,60	0,55	9,84	151	2.051.239,50	0,13	2,91	274	3.780.865,22	0,19	4,21
20000 a menos de 50000	268	7.838.340,70	0,28	10,76	84	2.403.895,10	0,07	3,42	163	4.694.481,38	0,11	5,22
50000 a menos de 100000	48	3.236.654	0,05	4,45	13	875.929,50	0,01	1,24	31	2.052.052,99	0,02	2,28
100000 e mais	13	1.621.300,30	0,01	2,23	3	334.983,40	0,00	0,48	22	4.237.698,50	0,01	4,71
2000 E MAIS (GRANDE)	8.428	49.989.571,50	8,90	68,65	9.318	42.012.889,20	8,07	59,69	10.717	55.245.481,28	7,30	61,45
TOTAL	94.712	72.814.441,70	100	100	115.526	70.388.184,20	100	100	146.758	89.900.347,47	100	100

Fonte: Cadastro do INCRA / DATALUTA - Banco de Dados da Luta pela Terra, 2011. www.fct.unesp.br/nera

MAPA – 02



MAPA - 03



A luta pela terra deve ser entendida como um processo amplo desenvolvido historicamente pelos camponeses, trabalhadores rurais, sem-terras, indígenas, quilombolas, ribeirinhos e outros grupos que mantêm contato direto com a terra como origem dos meios de manutenção e reprodução da coletividade. Este processo inclui as diversas formas de superação das dificuldades relativas à continuidade da produção e das trocas com a finalidade prover a manutenção do grupo; a resistência contra os que tentam expulsar esses grupos da terra com objetivo de transformá-la em terra de negócio; a luta pelo acesso à terra como forma de conquistar ou reconquistar a terra de trabalho.

No sentido amplo, a luta pela terra pode ser verificada em Mato Grosso desde as primeiras investidas dos bandeirantes em busca de ouro e indígenas para o trabalho escravo, e permaneceu desde então na luta dos indígenas contra a expulsão de suas terras e também na luta dos camponeses contra a expropriação violenta de suas pequenas posses pelos grileiros – esses dois processos são ainda importantes em Mato Grosso. No sentido específico que abordamos neste trabalho, a luta pela terra em Mato Grosso só foi intensificada a partir da metade da década de 1990, com a organização do MST no estado em 1994.

Mato Grosso é, desde a década de 1930, destino de massas desintegradas de camponeses e sem-terras. A grande disponibilidade de terras devolutas e a ausência do Estado no controle da violência contra trabalhadores rurais e camponeses foram fatores importantes que contribuíram para a organização tardia de movimentos sociais no estado. O papel de Mato Grosso na questão agrária brasileira recente é tão importante que, como demonstra Fernandes (2000), no momento da fundação do MST no Sul do país, o dilema dos camponeses era “lutar pela terra ou migrar para Mato Grosso”. Os sulistas tinham como destino a porção central (Cerrado) ou norte (Amazônia) do estado de Mato Grosso.

Fato é que poucos daqueles que migraram para Mato Grosso com o objetivo de acessar a terra permaneceram nela. Alguns iam sem nada, para conseguir um pedaço de chão; outros vendiam suas pequenas propriedades para comprar áreas mais amplas que permitissem maior produção e retorno para a família. A grande maioria não resistiu e passou a incorporar a massa de trabalhadores para o capital agrário nas grandes fazendas e projetos agropecuários; outros foram para as cidades médias e para a capital Cuiabá; outros ainda passaram a vender sua mão de obra para as indústrias do agronegócio, com crescimento exponencial de sua demanda por trabalhadores a partir da década de 1990. Por isso, todo o processo de expansão beneficiou unicamente o capital, subsidiado pelo Estado no processo de apropriação da terra e do trabalho na região. Muita riqueza foi produzida, mas de forma concentrada, não fugindo do processo geral que caracteriza a sociedade brasileira. Hoje, a solução desses problemas parece estar cada vez mais distante – *porém não menos necessária* -, com a diminuição da luta pela terra, a consequente inatividade do Estado e o ganho de território pelos grandes capitais do agronegócio, que a cada dia dominam de forma cada vez mais concentrada o campo em todo o mundo, com particular voracidade na América do Sul.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

DATALUTA – Banco de Dados da Luta Pela Terra – Relatório 2011. Presidente Prudente: NERA/FCT-Unesp, 2011. Disponível em: <www.fct.unesp.br/nera>.

FERNANDES, B. M. **A formação do MST no Brasil.** Petrópolis: Vozes, 2000.

MORENO, G. **Terra e poder em Mato Grosso: política e mecanismos de burla – 1892-1992.** Cuiabá: UFMT/Entrelinhas, 2007.